

CSILatina Arrendamento Mercantil S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Semestre Findo em
30 de Junho de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
CSILatina Arrendamento Mercantil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CSILatina Arrendamento Mercantil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CSILatina Arrendamento Mercantil S.A. em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de agosto de 2021



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Audidores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8



Guilherme Jorge Dagli Júnior

Contador

CRC nº 1 SP 223225/O-0

CSILATINA ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A
BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota	30/06/2021	31/12/2020	PASSIVO	Nota	30/06/2021	31/12/2020
	Explicativa				Explicativa		
DISPONIBILIDADES	5	24.231	34.669	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	13	296.089	297.788
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	6	75.654	82.663	Empréstimos no País		228.499	209.978
Instrumentos Financeiros Derivativos		75.654	82.663	Empréstimos no Exterior		67.590	87.810
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	7	173.063	160.465	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	6	70.653	70.598
Arrendamentos e Subarrendamentos a Receber - Operacional		177.991	174.474	Instrumentos Financeiros Derivativos		70.653	70.598
(-) Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil - Operacional		(176.023)	(173.907)	OUTRAS OBRIGAÇÕES		55.169	43.973
Operações de Arrendamento Mercantil - Financeiro		171.095	159.898	Estatutárias	16	-	192
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(1.606)	(1.533)	Fiscais e Previdenciárias	16	5.132	3.459
(-) Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito - Financeiro	8	(889)	(736)	Diversas	14	26.160	23.620
(-) Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito - Operacional		(717)	(797)	Provisões para Riscos	15	29	29
OUTROS CREDITOS		36.451	22.665	Obrigações Fiscais Diferidas	16	23.848	16.673
Rendas a Receber	9	2.382	1.474	RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS		22.753	29.007
Diversos	9	27.210	14.743	Resultado de Exercícios Futuros	19	22.753	29.007
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	9	6.859	6.448	PATRIMONIO LIQUIDO	20	75.490	74.085
OUTROS VALORES E BENS	10	1.616	993	Capital Social - De Domiciliados no Exterior	20.a	31.539	27.014
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Próprios		520	54	Reservas de Lucros	20.b	43.951	47.071
Despesas Antecipadas		1.092	939	IMOBILIZADO DE USO			
Outros		4	-	Outras Imobilizações de Uso			
IMOBILIZADO DE USO	12	525	514	(-) Depreciação Acumulada			
Outras Imobilizações de Uso		2.634	2.501	IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO			
(-) Depreciação Acumulada		(2.109)	(1.987)	Bens Arrendados			
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO	11	209.952	214.767	(-) Depreciação Acumulada			
Bens Arrendados		427.099	393.839	INTANGIVEL			
(-) Depreciação Acumulada		(217.147)	(179.072)	Ativos Intangíveis			
INTANGIVEL	12	268	248	(-) Amortização Acumulada de Ativos Intangíveis			
Ativos Intangíveis		839	779	TOTAL DO ATIVO		520.154	515.451
(-) Amortização Acumulada de Ativos Intangíveis		(571)	(531)	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO		520.154	515.451

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CSILATINA ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
 PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020
 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota Explicativa	30/06/2021	30/06/2020
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		118.979	136.797
Operações de Arrendamento Mercantil	7	120.945	103.936
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	6	(2.102)	32.792
Resultado com Títulos de Renda Fixa	6	136	69
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(90.561)	(119.279)
Operações de Empréstimos	13	(10.449)	(45.604)
Operações de Arrendamento Mercantil	7	(80.038)	(72.584)
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8	(74)	(1.091)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>28.418</u>	<u>17.518</u>
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(11.021)	(9.778)
Despesas de Pessoal		(9.851)	(9.330)
Outras Despesas Administrativas	23	(2.301)	(2.410)
Despesas Tributárias		(3.843)	(3.155)
Outras Receitas Operacionais	24	5.877	5.105
Outras Despesas Operacionais	25	(903)	12
RESULTADO OPERACIONAL		<u>17.397</u>	<u>7.740</u>
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	26	3.966	3.571
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES SOBRE O LUCRO		<u>21.363</u>	<u>11.311</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	17	(2.186)	(3.493)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	17	(6.764)	(1.056)
Participações sobre o Lucro		-	(700)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO/SEMESTRE		<u>12.413</u>	<u>6.062</u>
Lucro básico e diluído por Ação (Em R\$ 1,00)		<u>0,85</u>	<u>0,41</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CSI LATINA ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO/SEMESTRE	12.413	6.062
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO/SEMESTRE	<u><u>12.413</u></u>	<u><u>6.062</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CSILATINA ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	Capital	Reservas de Lucros		Lucros	Total
		Social Realizado	Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Acumulados	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019						
		19.691	2.877	27.978	-	50.546
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	6.062	6.062
Destinação de lucros:						
Constituição de reservas de lucros	20.b	-	303	5.759	(6.062)	-
Distribuição de Dividendos	20.c	-	-	-	-	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020						
		19.691	3.180	33.737	-	56.608
Aumento de Capital	20.a	7.323	-	(7.323)	-	-
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	14.187	14.187
Destinação de lucros:						
Constituição de reservas de lucros	20.b	-	710	13.285	(13.995)	-
Distribuição de Dividendos	20.c	-	-	-	(192)	(192)
Reversão de Distribuição de Dividendos	20.c	-	-	3.482	-	3.482
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020						
		27.014	3.890	43.181	-	74.085
Aumento de Capital	20.a	4.525	-	(4.525)	-	-
Lucro Líquido do Semestre		-	-	-	12.413	12.413
Destinação de lucros:						
Constituição de reserva de lucros	20.b	-	620	11.793	(12.413)	-
Distribuição de Dividendos	20.c	-	-	(11.200)	-	(11.200)
Reversão de Distribuição de Dividendos	20.c	-	-	192	-	192
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021						
		31.539	4.510	39.441	-	75.490

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CSILATINA ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	30/06/2021	30/06/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro Líquido do Semestre		12.413	6.062
Ajustes ao lucro líquido		43.846	47.877
Depreciações e Amortizações		49.640	41.636
Insuficiência (Superveniência) de Depreciação		(7.963)	-
Imposto de Renda e CSLL Diferidos		6.764	1.056
Variação Cambial/MTM de Derivativos		2.005	(28.806)
Variação Cambial de Empréstimos		(1.952)	33.515
Imposto de Renda e CSLL Corrente		495	1.277
Provisão para Riscos	15	-	(157)
Provisão para Obrigações Diversas		3.956	3.781
Apropriação de Resultado de Exercícios Futuros		(7.048)	(3.220)
Provisão não operacional		121	180
Provisão de Juros - Conta Garantida		137	96
Receitas com VPC Stub a Receber		(2.382)	(2.572)
(Reversão)/Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8	73	1.091
Lucro Líquido do Semestre Ajustado		56.259	53.939
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		(2.935)	(2.948)
Variação de Ativos e Passivos		(7.702)	(2.413)
(Aumento)/Redução em Instrumentos Financeiros Derivativos		5.059	3.247
(Aumento)/Redução em Operação de Arrendamento Mercantil		(4.635)	(19.657)
(Aumento)/Redução de Outros Créditos		(18.168)	1.828
(Aumento)/Redução de Outros Valores e Bens		(740)	70
Aumento/(Redução) em Obrigações por Empréstimos		116	(6.453)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações - Remuneração de Capital a Pagar		192	-
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias		3.921	5.851
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações - Obrigações Fiscais Diferidas		7.175	859
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações - Diversas		(1.416)	5.549
Aumento/(Redução) em Resultado de Exercícios Futuros		794	6.293
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais		45.622	48.578
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Alienação (Aquisição) de Imobilizado de Arrendamento		(44.665)	(38.062)
Aquisição de Móveis e Equipamentos - Operacional		(45.907)	(39.347)
Alienação de Móveis e Equipamentos - Operacional		1.242	1.285
Alienação (Aquisição) de Imobilizado de Uso		(133)	(70)
Móveis e Equipamentos de Uso		(133)	(70)
Aplicação do Intangível		(62)	-
Sistema de Processamento de Dados		(62)	-
Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimento		(44.860)	(38.132)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos		(11.200)	-
Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Financiamento		(11.200)	-
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(10.438)	10.446
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE		34.669	4.114
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO SEMESTRE		24.231	14.560

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da CSILATINA Arrendamento Mercantil S.A., relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020 e o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

Mercado de Atuação

A CSILATINA Arrendamento Mercantil S.A., atua no mercado de arrendamento mercantil, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o arrendamento de bens de tecnologia, nas modalidades financeira, operacional e internacional definidas pela Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974.

Patrimônio Líquido e Resultado

O patrimônio líquido atingiu o montante de R\$ 75,5 milhões em 30 de junho de 2021 (R\$ 74,1 milhões em 31 de dezembro de 2020). O lucro líquido apresentado no acumulado do semestre foi de R\$ 12,4 milhões (R\$ 6,1 milhões em 2020).

Ativos e Passivos

Em 30 de junho de 2021, os ativos totais atingiram R\$ 520,1 milhões (R\$ 515,5 milhões em 31 de dezembro de 2020). Desse montante, R\$ 24,2 milhões (R\$ 34,7 milhões em 31 de dezembro de 2020) são representados por disponibilidades, R\$ 75,7 milhões (R\$ 82,7 milhões em 31 de dezembro de 2020) por títulos e valores mobiliários e derivativos e R\$ 383 milhões (R\$ 375,2 milhões em 31 de dezembro de 2020) pela carteira de arrendamento, incluindo o imobilizado de arrendamento.

Os passivos somavam R\$ 421,9 milhões (R\$ 412,4 milhões em 31 de dezembro de 2020) e são representados por empréstimos no montante de R\$ 296,1 milhões (R\$ 297,8 milhões em 31 de dezembro de 2020), instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$ 70,7 milhões (R\$ 70,6 milhões em 31 de dezembro de 2020) e outras obrigações no montante de R\$ 55,1 milhões (R\$ 44 milhões em 31 de dezembro de 2020).

Outras Informações

A CSILATINA Arrendamento Mercantil S.A., não contratou e nem teve serviços prestados pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa, que pudessem caracterizar a perda de independência do auditor.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Barueri - SP, 27 de agosto de 2021.

A Diretoria

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DE 2020.
(Em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CSILATINA Arrendamento Mercantil S.A. (“Companhia”) foi constituída em 10 de junho de 2003, com sede à Alameda Rio Negro, 585 – 7º andar – Bloco A – Alphaville - Barueri, e tem por objeto social principal a prática das operações de arrendamento mercantil de bens de tecnologia, nas modalidades financeira, operacional e internacional definidas pela Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974. É uma sociedade por ações de capital fechado de acordo com a Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores, sendo equiparada às instituições financeiras e estando, portanto, sujeita às normas e aos controles do Banco Central do Brasil – BACEN enquadradas no segmento S4.

A Companhia informa que, até o presente momento, não identificou impactos relevantes em suas operações ou no desempenho econômico financeiro para o exercício de 2021, em virtude da Pandemia de Coronavirus (COVID 19) que atinge o mundo nesse momento.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), incluindo a Resolução CMN nº 4.720/19 e a Resolução BCB nº 2/20 e apresentado em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

A fim de adequar-se às normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu pronunciamentos contábeis, e suas respectivas interpretações. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN estão relacionados abaixo e foram considerados na preparação das informações contábeis inseridas nessas demonstrações financeiras:

- Resolução CMN nº 4.144/12 – CPC 00 (R1) – Pronunciamento conceitual básico
- Resolução CMN nº 3.566/08 – CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos
- Resolução CMN nº 4.524/16 – CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras
- Resolução CMN nº 4.720/19 – CPC 03 (R2) - Demonstração do fluxo de caixa
- Resolução CMN nº 4.534/16 - CPC 04 (R1) - Ativo Intangível
- Resolução CMN nº 4.636/18 – CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas
- Resolução CMN nº 3.989/11 – CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações
- Resolução CMN nº 4.007/11 – CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro
- Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 24 – Eventos subsequentes
- Resolução CMN nº 3.823/09 – CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
- Resolução CMN nº 4.535/16 - CPC 27 - Ativo Imobilizado
- Resolução CMN nº 4.877/20 – CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados
- Resolução CMN nº 3.959/19 – CPC 41 – Resultado por ação
- Resolução CMN nº 4.748/19 – CPC 46 – Mensuração do Valor Justo

Na presente data, não é possível estimar quando os demais pronunciamentos contábeis do CPC serão aprovados pelo CMN.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 27 de Agosto de 2021.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis são as seguintes:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para aquelas de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas às operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços.

b) Disponibilidades

Disponibilidades são representadas por depósitos em moedas nacional e estrangeira de acordo com a Resolução CMN nº 4.720/19, que incluem: saldos em bancos, caixa e aplicações financeiras com possibilidade de resgate imediato e não estão sujeitos a risco de mercado significativo.

c) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a “*hedge*” são avaliados ao valor justo e estão classificados como “*hedge*” de risco de mercado tendo a valorização ou desvalorização reconhecida em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado.

d) Operações de arrendamento mercantil e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

- i. Operações de arrendamento mercantil financeiro - estão registradas pelo valor presente dos montantes totais a receber, atualizadas pela taxa equivalente aos encargos financeiros previstos em contrato ou, se não houver previsão contratual, a taxa que equaliza o valor do bem arrendado, na data da contratação, ao valor presente de todos os recebimentos e pagamentos previstos ao longo do prazo contratual.
- ii. Operações de arrendamento mercantil operacional - estão registradas pelo valor de aquisição dos bens, líquido das depreciações acrescido do valor das contraprestações em atraso na data do balanço.
- iii. Operações de arrendamento mercantil financeiro e operacional são compostas por operações de arrendamento de equipamentos de informática, comunicação e outros para pessoas jurídicas.

- iv. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito - foi constituída nos termos das Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, levando-se em consideração a análise das operações em atraso e dos riscos específicos apresentados por cliente. O critério de arrasto da classificação de risco de um mesmo cliente ou grupo econômico é efetuado para a carteira de arrendamento, exceto para as operações que apresentem vinculação de crédito com outra instituição financeira, nos termos da Resolução CMN nº 2.921/02, conforme previsto no artigo 3º da Resolução CMN nº 2.682/99. Para essas operações é considerada a posição de atraso na data base. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, períodos de atraso e grupo econômico observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). O resultado das operações de arrendamento mercantil vencidas há mais de 60 (sessenta) dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.
- v. Operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 (cento e oitenta) dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas, conforme as regras da Resolução CMN nº 2.682/99, exceto quando houver amortização significativa das operações ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco. As renegociações de operações de arrendamento que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam registradas em contas de compensação são classificadas como nível H, os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.
- vi. Carteira de arrendamento mercantil - é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme descrito a seguir:

I - Arrendamentos a receber

Refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.

II - Rendas a apropriar de arrendamento mercantil

Representam a contrapartida do valor das contraprestações a receber e são atualizadas na forma dos arrendamentos a receber, sendo apropriadas ao resultado quando dos vencimentos das parcelas contratuais.

III - Imobilizado de arrendamento

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com os benefícios de redução de 30% na vida útil normal do bem para as operações de arrendamento realizadas com pessoas jurídicas, previstos na legislação vigente.

IV - Perdas em arrendamentos

Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados quando efetuadas aos próprios arrendatários são diferidos e amortizados pelo prazo de vida útil remanescente dos bens e demonstrados juntamente com o imobilizado de arrendamento.

Os prejuízos apurados na venda de bens a terceiros (não arrendatários) são reconhecidos no resultado não operacional na rubrica Outros Receitas e Despesas.

e) Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Próprios

São registrados quando há o retorno do equipamento por ocasião do fim do contrato de arrendamento sem que o arrendatário tenha exercido a opção de compra prevista no contrato. São registrados pelo valor de aquisição deduzido das depreciações acumuladas. Anualmente é realizado inventário físico e apurado o seu valor de mercado.

f) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (“*impairment*”)

É reconhecida uma perda por “*impairment*” se o valor de contabilização de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por “*impairment*” são reconhecidas no resultado.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por “*impairment*”.

g) Obrigações por empréstimos

São demonstradas pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço reconhecidos em base “pro rata” dia.

h) Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos a índices de atualização, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado.

i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com as determinações estabelecidas no pronunciamento técnico CPC 25.

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, seja com a indenização da ação ou com comissão aos assessores jurídicos, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos - são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.
- Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.

j) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 120 no semestre. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 15%.

Os impostos diferidos foram constituídos, sobre as diferenças temporárias, com base na alíquota para o imposto de renda de 25% e para a contribuição social de 15%. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o resultado tributável do período às taxas dos impostos em vigor na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e sobre as diferenças temporárias entre os saldos contábeis de ativos, passivos e resultados e os correspondentes valores reconhecidos para fins de tributação. Os impostos diferidos são mensurados pela alíquota de 40%.

k) Partes relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância a Resolução CMN nº 4.636/18, que determinou a adoção do pronunciamento técnico CPC 05 (R1).

l) Mensuração a valor justo

A metodologia aplicada para mensuração do valor justo dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data-base das demonstrações financeiras. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão eventualmente vir a ser diferentes dos estimados.

m) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor justo de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis; (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa e dos passivos contingentes; e (v) ajuste de superveniência de depreciação e valor justo de revenda dos bens objeto de arrendamento mercantil estimado na contratação do Arrendamento Mercantil. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

n) Resultados recorrentes e não recorrentes

A Companhia apura e divulga os resultados recorrentes e não recorrentes, se houver.

o) Outros resultados abrangentes

A Companhia divulga a ocorrência de outros resultados abrangentes quando houver.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A gestão de riscos da Companhia está configurada em conformidade com a complexidade de suas operações e de forma a atender às disposições da regulamentação em vigor. A Diretoria Executiva é responsável por determinar os parâmetros de risco que julga compatível com o modelo de negócio da Companhia.

A exposição a tais riscos é sistematicamente monitorada por equipes especializadas e independentes das unidades de negócio. Os resultados de tais aferições são submetidos à apreciação da Diretoria Executiva, que desempenha suas atribuições relacionadas à formulação e adoção de diretrizes, estratégias, políticas e medidas voltadas à identificação, avaliação, monitoramento e mitigação de riscos em conformidade com as leis, normas e regulamentos aplicáveis à Companhia.

A tomada de decisão na Companhia sempre leva em conta os possíveis impactos de tais decisões no tocante aos riscos controlados.

- Risco de Crédito: decorre do risco da contraparte de não honrar compromisso contratado, da degradação de garantias e da concentração de cliente ou setor. A decisão de crédito baseia-se nas evidências sobre a capacidade de pagamento dos arrendatários e demais contrapartes avaliadas com base em metodologia própria. O comitê de crédito da casa matriz participa de todas as escolhas feitas pela Companhia, garantindo independência e isenção.
- Risco de Mercado: é a exposição criada por potenciais flutuações nas taxas de juros, taxas de câmbio, preços cotados em mercado e outros valores, e em função do tipo de produto, do volume de operações, prazo e condições do contrato e da volatilidade subjacente. Colaboradores especialistas, capacitados à identificação e controle dos riscos de mercado a que se expõe a Companhia incluindo risco cambial, são os responsáveis por manter a Diretoria Executiva informada para que medidas de proteção adicional possam ser tomadas quando necessário. São observados tanto os aspectos recomendados pelo órgão regulador como as próprias políticas internas da Companhia que limitam a exposição ao mínimo necessário para a condução dos seus negócios.
- Risco de Liquidez: este tipo de risco assume duas formas: (i) o risco de liquidez de mercado e (ii) risco de liquidez de fluxo de caixa (*funding*). O primeiro é a possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor. O segundo está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre ativos e passivos. O gerenciamento dos descasamentos de prazo entre a liquidação de direitos e obrigações é parte das atividades diárias de grupo de colaboradores com dedicação exclusiva ao assunto. Relatórios frequentes mantêm a Diretoria Executiva informada sobre tais descasamentos, bem como sugere medidas de contingência para os cenários de estresse.
- Risco Operacional: é definido como o risco de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas. Os princípios básicos observados pela Companhia na gestão e controle do risco operacional estão em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17. A Companhia possui ferramenta e metodologia de monitoramento dos riscos operacionais e com base em um modelo de Matriz de Riscos é possível à Diretoria Executiva identificar e corrigir falhas priorizando os aspectos de maior relevância econômica e regulatória.

O quadro abaixo apresenta os saldos de Risco de Crédito, Risco Operacional, Risco de Mercado, Exposição a Risco Cambial e Exposição a Taxas de Juros nos fins dos semestres já ponderados para cálculo do Índice de Basiléia:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Risco de Crédito (RWAcpad)	9.914	10.093
Risco Operacional (RWAopad)	6.727	6.248
Risco de Mercado (RWAjur1+ RWAjur2)	7.550	5.935
Risco Cambial (RWAcam)	978	272
Total	<u>25.169</u>	<u>22.548</u>

O Gerenciamento de Capital visa estabelecer as diretrizes que permitam a gestão eficaz do capital da Companhia, e a sua manutenção em nível compatível com a natureza das suas operações, com a complexidade dos seus produtos e com a dimensão de sua exposição a riscos.

O processo de Gerenciamento de Capital é realizado de forma a viabilizar os objetivos estratégicos da Companhia, garantindo uma postura prospectiva que antecipe eventual necessidade de capital decorrente de mudanças no cenário de negócios.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

De acordo com a política da Companhia os equivalentes de caixa são mantidos com a única finalidade de atender a compromissos de curto prazo, e não para outros fins. Dessa forma, a Companhia mantém suas disponibilidades de caixa e investimentos exclusivamente depositadas em conta corrente com bancos de primeira linha. A posição de caixa e equivalentes de caixa é:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Disponibilidades	10.567	6.453
CDB	13.664	28.216
	<u>24.231</u>	<u>34.669</u>

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são destinados a “*hedge*” de exposição à taxa de juros e/ou variação cambial e são avaliados ao valor justo. A seguir, demonstramos a relação dos derivativos, por indexador, em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

Composição dos instrumentos financeiros derivativos:

<u>Quadro A - Nocional</u>	<u>Fator de risco</u>	<u>Moeda</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
NDF (a)	Dólar e Juros	R\$	73.404	80.234
SWAP (a)	Dólar e Juros	R\$	7.849	10.481
Total			<u>81.253</u>	<u>90.715</u>

<u>Quadro B – Saldos</u>	<u>30/06/2021</u>		<u>31/12/2020</u>		<u>30/06/2021</u>		<u>31/12/2020</u>	
	<u>Posição Ativa</u>		<u>Posição Ativa</u>		<u>Posição Passiva</u>		<u>Posição Passiva</u>	
	<u>Curto Prazo</u>	<u>Longo Prazo</u>	<u>Curto Prazo</u>	<u>Longo Prazo</u>	<u>Curto Prazo</u>	<u>Longo Prazo</u>	<u>Curto Prazo</u>	<u>Longo Prazo</u>
NDF (a)	38.392	35.170	40.429	39.125	36.873	33.780	35.878	34.720
SWAP (a)	1.200	1.200	1.385	1.724	-	-	-	-
Total	<u>39.592</u>	<u>36.062</u>	<u>41.814</u>	<u>40.849</u>	<u>36.873</u>	<u>33.780</u>	<u>35.878</u>	<u>34.720</u>

- (a) As operações de NDF e SWAP são contratadas com a finalidade de “*hedge*” das operações de empréstimos e são avaliadas ao valor justo, sendo a valorização ou desvalorização reconhecida em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado. A Companhia não aplica a contabilidade de hedge.

As posições de curto prazo são aquelas com vencimento em até 1 ano e as de longo prazo apresentam data de vencimento superiores a 1 ano e com vencimentos até 5 anos.

Quadro C - Resultado	30/06/2021	30/06/2020
TVM	136	69
NDF (a)	(1.857)	28.848
SWAP	(245)	3.944
Total	(1.966)	32.861

- (a) Refere-se principalmente aos resultados auferidos com 37 (45 em 2020) contratos com o objetivo de minimizar perdas cambiais decorrentes dos contratos de captação e empréstimos fixados em dólar (US\$).

7. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

Os contratos de arrendamento mercantil financeiros são representados pelos seus respectivos valores presentes, apurados com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Os contratos de arrendamento mercantil operacionais são representados pelo valor de aquisição dos bens líquidos das depreciações e valor das contraprestações em atraso. A composição desses valores é apresentada a seguir:

	<u>Arrendamento mercantil financeiro</u>		<u>Arrendamento mercantil operacional</u>	
	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Operações de arrendamento mercantil no ativo - curto prazo	62.771	59.389	107.160	94.362
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - curto prazo	(61.928)	(58.900)	(105.192)	(93.795)
Operações de arrendamento mercantil no ativo - longo prazo	106.558	106.035	70.831	80.112
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - longo prazo	(106.558)	(106.035)	(70.831)	(80.112)
Valor residual garantido a realizar	29.021	13.321	-	-
Valor residual garantido a balancear	(29.021)	(13.321)	-	-
Bens arrendados - ativo permanente (i)	295.296	275.451	397.342	365.281
Depreciações acumuladas (i)	(153.708)	(140.961)	(206.424)	(171.910)
Superveniência de depreciação (ii)	25.732	12.286	-	-
Perdas de arrendamento a diferir no ativo (iii)	997	1.321	-	-
Amortização acumulada de perdas a diferir (iii)	(955)	(950)	-	-
Valor total da carteira	168.205	147.636	192.886	193.938
Credores por antecipação de valores residuais	(9.782)	(7.399)	-	-
Valor presente do arrendamento financeiro/Contratos arrendamento operacional registrado no balanço	158.423	140.237	192.886	193.938

- (i) Não inclui o montante de R\$ 43.020 (R\$ 41.821 em 31 de dezembro de 2020), referente ao custo e R\$ 15.858 (R\$ 10.749 em 31 de dezembro de 2020) de depreciação acumulada de imobilizado de arrendamento de operações cedidas, cuja propriedade dos bens continua com a CSILATINA.
- (ii) Não inclui o valor de R\$ 4.544 (R\$ 10.027 em 31 de dezembro de 2020), contabilizado como ajuste de superveniência de depreciação que corresponde ao valor de revenda dos bens objeto de arrendamento mercantil estimado na contratação do "leasing".
- (iii) Não inclui o valor de R\$ 145 (R\$ 145 em 31 de dezembro de 2020), referente a perdas e R\$ 145 (R\$ 102 em 31 de dezembro de 2020) de amortização de perdas em operações de arrendamento cedidas.

a) Segregação do valor presente da carteira por tipo de atividade econômica

<u>Atividade econômica</u>	<u>Arrendamento Financeiro</u>		<u>Arrendamento Operacional</u>	
	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Setor Privado – Indústria	44.312	35.863	86.876	80.932
Setor Privado – Comércio	35.452	36.168	5.997	7.567
Setor Privado - Intermediários Financeiros	5.889	7.429	1.865	2.611
Setor Privado – Habitação	4	3	0	-
Setor Privado – Rural	37	41	1.822	52
Setor Privado – Serviços	72.729	60.733	96.326	102.776
Total	158.423	140.237	192.886	193.938

b) Distribuição da carteira por faixa de vencimento

<u>Faixa de Vencimento</u>	<u>Arrendamento Financeiro</u>		<u>Arrendamento Operacional</u>	
	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Vencidos	133	121	108	77
A vencer até 90 dias	19.687	18.016	31.497	25.838
A vencer de 91 a 360 dias	46.960	40.099	66.620	61.118
A vencer acima de 360 dias	91.643	82.001	94.661	106.905
Total	158.423	140.237	192.886	193.938

c) Resultado de operações de arrendamento mercantil

<u>Receitas de operações de arrendamento mercantil</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Rendas de arrendamento financeiro	50.864	43.228
Rendas de arrendamento operacional	67.944	58.501
Lucro na alienação de bens arrendados	2.137	2.207
Total	120.945	103.936

<u>Despesas de operações de arrendamento mercantil</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
(-) Despesa de arrendamento financeiro	(30.221)	(29.198)
(-) Despesa de arrendamento operacional	(49.480)	(41.581)
(-) Prejuízo da alienação de bens arrendados	(337)	(1.805)
Total	(80.038)	(72.584)

8. PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

Em 30 de junho de 2021, o saldo de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é de R\$ 1.606 (R\$ 1.533 em 2020), sendo R\$ 889 (R\$ 736 em 2020) para Arrendamento Financeiro e R\$ 717 (R\$ 797 em 2020) para Arrendamento Operacional.

O risco de crédito com a carteira de arrendamento mercantil a valor presente e a provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa são calculados conforme estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/99, estão apresentados a seguir:

Arrendamento financeiro

Níveis de risco	Provisão mínima requerida	30/06/2021				31/12/2020			
		Vencido	A vencer	Saldo	Provisão	Vencido	A vencer	Saldo	Provisão
AA	0%	-	4.079	4.079	-	-	6.444	6.444	-
A	0,50%	-	143.240	143.240	716	-	126.507	126.507	633
B	1%	25	10.828	10.853	109	68	5.989	6.057	61
C	3%	-	41	41	1	-	1.156	1.156	35
D	10%	-	-	-	-	52	21	73	7
E	30%	108	102	210	63	-	-	-	-
		133	158.290	158.423	889	120	140.117	140.237	736

Arrendamento Operacional

Níveis de risco	Provisão mínima requerida	30/06/2021				31/12/2020			
		Vencido	A vencer	Saldo	Provisão	Vencido	A vencer	Saldo	Provisão
AA	0%	-	66.573	66.573	-	-	75.166	75.166	-
A	0,50%	-	112.278	112.278	561	-	97.138	97.138	486
B	1%	-	13.268	13.268	133	-	17.114	17.114	171
C	3%	107	660	767	23	4	4.443	4.447	133
D	10%	-	-	-	-	73	-	73	7
		107	192.779	192.886	717	77	193.861	193.938	797

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	<u>Arrendamento Financeiro</u>	<u>Arrendamento Operacional</u>
Saldos em 30/06/2020	(2.409)	(2.074)
Reversões/(Constituições)	1.673	1.277
Saldos em 31/12/2020	(736)	(797)
Reversões/(Constituições)	(153)	80
Saldos em 30/06/2021	(889)	(717)

Em nenhum dos períodos existem contratos renegociados.

9. OUTROS CRÉDITOS

<u>Rendas a receber</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Curto Prazo	2.382	1.474
Rendas a receber (a)	2.382	1.474
Total	2.382	1.474

- (a) Saldo refere-se ao valor proporcional a receber dos clientes pelo uso antecipado dos bens objeto dos contratos de arrendamento mercantil em processo de formalização. O recebimento destas parcelas está assegurado pelo Termo de Recebimento e Aceitação, assinado entre as partes.

<u>Diversos</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Curto Prazo	31.934	18.927
Adiantamento salarial	182	38
Devedores diversos (a)	24.661	14.673
Impostos e contribuições (b)	2.337	2
Crédito tributário sobre prejuízo fiscal (c)	1.781	2.087
Crédito tributário sobre base negativa CSLL (c)	1.130	-
Crédito tributário sobre adições temporárias (d)	1.843	2.127
Longo Prazo	2.135	2.264
Crédito tributário sobre prejuízo fiscal (c)	818	1.473
Crédito tributário sobre base negativa CSLL (c)	554	-
Crédito tributário sobre adições temporárias (d)	733	761
Devedores por Depósito em Garantia	30	30
Total	34.069	21.191

- (a) Devedores Diversos referem-se substancialmente a valores a receber originados pelo encerramento de contratos junto aos clientes que exerceram a opção de compra dos bens e por valores faturados pelos fornecedores de bens que serão objeto de arrendamento ainda não atribuídos aos contratos.
- (b) Impostos e contribuições referem-se aos recolhimentos antecipados de IRPJ e CSLL nos períodos.
- (c) O prejuízo fiscal e a base negativa de CSLL são originados pela Superveniência de Depreciação, conforme nota explicativa nº 17a.
- (d) O crédito tributário sobre adições temporárias foi constituído sobre Variação Cambial, Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito da Carteira de “Leasing” e Marcação a Mercado de Derivativos, tendo sua movimentação detalhada na nota explicativa nº 17a.

10. OUTROS VALORES E BENS

<u>Descrição</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Curto Prazo	948	766
Bens Não de Uso Próprio (BNDU) (a)	667	73
Provisão Desvalorização de Outros Valores e Bens (b)	(147)	(26)
Prêmio de Seguros Antecipados	86	57
Comissão de Estruturação de Captação	240	221
Comissão de Originação	15	371
Outros	87	70
Longo Prazo	668	227
Comissão de estruturação de captação	217	227
Comissão de Originação	437	-
Outros	14	-
Total	1.616	993

- (a) A rubrica “Bens Não de Uso Próprio (BNDU)” refere-se basicamente a valores registrados como máquinas e equipamentos retornados ao final das operações de “leasing”. Os bens recebidos foram registrados pelo seu custo de aquisição líquido de depreciação. Anualmente é realizado inventário físico e apuração do valor de mercado dos bens devolvidos pelos arrendatários que serão vendidos em mercado secundário.
- (b) A legislação em vigor, em cumprimento ao estabelecido no CPC 01 (R1), prevê a realização de Teste de “Impairment” (ou Teste de Recuperabilidade de Ativos), no mínimo, a cada exercício social. A essência do teste de recuperabilidade é evitar que um ativo esteja registrado por um valor maior que seu valor recuperável. A Companhia realizou teste detalhando a metodologia, premissas utilizadas e o resultado da avaliação dos ativos em relatório específico. Foram submetidos ao teste de recuperabilidade 100% do estoque de equipamentos retornados das operações de “leasing”, contabilizados como bens não de uso próprio (BNDU) que possuíam saldo contábil residual. Foi registrada provisão para redução ao valor recuperável de ativos “Impairment” no valor de R\$ 147 (R\$ 26 em 31 de dezembro de 2020), valor que representa, na estimativa da Administração, a diferença entre expectativa de valor a receber pela venda dos equipamentos e valor contábil dos bens.

11. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

<u>Imobilizado de arrendamento</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Bens arrendados (a)	427.099	393.839
Máquinas e equipamentos	359.874	347.075
Veículos e Afins	52.765	33.439
Outros arrendamentos	14.460	13.325
(-) Depreciação acumulada(a)	(217.147)	(179.072)
Máquinas e equipamentos	(197.322)	(164.675)
Veículos e Afins	(13.170)	(8.732)
Outros arrendamentos	(6.655)	(5.665)
Total	209.952	214.767

- (a) Inclui o montante de R\$ 29.757 (R\$ 28.558 em 31 de dezembro de 2020), referente ao custo e R\$ 10.723 (R\$ 7.162 em 31 de dezembro de 2020) de depreciação acumulada de imobilizado de arrendamento de operações cedidas, cuja propriedade dos bens continua com a CSILATINA.

Taxa média de depreciação

Máquinas e Equipamentos	0,83% a 1,19% ao mês
Veículos e Afins	1,66% a 2,38% ao mês
Outros Arrendamentos	1,66% a 2,38% ao mês

Para bens arrendados com vida útil média estimada em 84 e 42 meses, são consideradas as taxas de depreciação 1,19% e 2,38% ao mês, respectivamente, e para bens arrendados com vida útil média estimada em 120 e 60 meses, são consideradas as taxas de depreciação de 0,83% e 1,66% ao mês, respectivamente.

12. BENS DE USO PRÓPRIO E ATIVO INTANGÍVEL

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Imobilizado de Uso	525	514
Intangível (a)	268	248
Total	<u>793</u>	<u>762</u>

- (a) O saldo refere-se, substancialmente, ao custo de implantação de sistema integrado ERP que entrou em produção durante o exercício de 2014 e está sendo amortizado pelo prazo de 10 anos.

13. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

<u>Tipo</u>	<u>Moeda</u>	<u>30/06/2021</u>		<u>31/12/2020</u>	
		<u>Curto Prazo</u>	<u>Longo Prazo</u>	<u>Curto Prazo</u>	<u>Longo Prazo</u>
Empréstimos no País - Resolução CMN nº 2.921/02 (a)	R\$	105.736	111.376	90.754	97.479
Capital de Giro no País (b)	R\$	11.387	-	21.745	-
Empréstimos no Exterior - Resolução CMN nº 2.921/02 (a)	US\$	37.299	30.291	46.527	41.283
Total		<u>154.422</u>	<u>141.667</u>	<u>159.026</u>	<u>138.762</u>

- (a) A Companhia possui a maior parte de suas obrigações por empréstimos no país e exterior na modalidade “sem retenção substancial de risco” que foram estruturadas através da vinculação de recebíveis de operações de arrendamento mercantil, contratadas segundo determina a Resolução CMN nº 2.921/02 a preços de mercado para a modalidade, que inclui R\$ 35.701 (R\$ 44.022 em 31 de dezembro de 2020) com partes relacionadas (vide nota 22).
- (b) O capital de giro necessário para atender a necessidades momentâneas de caixa é contratado a taxas de mercado através da modalidade Conta Garantida e Capital de Giro de curto prazo com grandes instituições no Brasil e no exterior.

<u>Resultado de obrigações de empréstimos e repasses</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Operações de Empréstimos e Repasses	(12.444)	(12.085)
Outras Rendas Operacionais (Variação Cambial Ativa)	11.116	1.952
Outras Despesas Operacionais (Variação Cambial Passiva)	(9.121)	(35.471)
Total	<u>(10.449)</u>	<u>(45.604)</u>

A variação de obrigações por empréstimos ocorreu em função da variação cambial passiva (despesa) no montante de R\$ 9.121 (R\$ 35.471 em 2020) e variação cambial ativa (receita), no montante de R\$ 11.073 (R\$ 1.942 em 2020).

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES – DIVERSAS

<u>Descrição</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Total curto prazo	<u>25.172</u>	<u>22.139</u>
Despesas de pessoal (a)	3.892	3.231
Outras despesas administrativas	218	74
Outros pagamentos (b)	18.989	15.459
Credores diversos - País (c)	2.073	3.375
Total longo prazo	<u>988</u>	<u>1.481</u>
Despesas de pessoal (a)	988	1.481
Total	<u>26.160</u>	<u>23.620</u>

- (a) Inclui provisões de R\$ 300 (R\$ 300 em 31 de dezembro de 2020) para pagamento de comissão de vendas, R\$ 1.150 para pagamento de PLR (R\$ 750 em 31 de dezembro de 2020) e R\$ 2.276 (R\$ 2.716 em 31 de dezembro de 2020) a serem pagos para administração a título de remuneração.
- (b) Outros pagamentos referem-se substancialmente aos valores devidos aos fornecedores de bens e serviços relacionados com a aquisição de bens relativos às operações de arrendamento mercantil no valor de R\$ 18.141 (R\$ 14.860 em 31 de dezembro de 2020).
- (c) Credores diversos referem-se substancialmente a recebimentos antecipados de parcelas de arrendamento mercantil e créditos não identificados.

15. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

Os principais processos em aberto em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 são relacionados a ações trabalhistas e de acordo com a avaliação dos advogados, são assim sumarizados:

	Quantidade de ações		Valor estimado pelos advogados /Valor das Causas		Provisão contábil	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Provável (i)	1	1	29	29	29	29
Possível (ii)	-	1	-	28	-	-
Total geral	1	2	29	57	29	29

- (i) As ações classificadas como perda provável no montante de R\$ 29 (R\$ 29 em 31 de dezembro de 2020) referem-se a processos trabalhistas com depósito judicial realizado.
- (ii) As ações classificadas como perdas possíveis no valor total de R\$ 0 (R\$ 28 em 31 de dezembro de 2020) referem-se a ações trabalhistas movidas por ex-empregados ou prestadores de serviços buscando pretensos direitos trabalhistas. O montante corresponde a valores de processos em fase inicial, ou valores que, segundo a análise individual dos casos pelos consultores jurídicos externos, possivelmente não constituirão perda em função do estágio atual dos processos e/ou o posicionamento dos tribunais em relação às matérias discutidas.

A CSILATINA Arrendamento Mercantil S.A. não possuía contingências tributárias ou cíveis com probabilidade de perda “possível” ou “provável” em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

	Provisões para Riscos Trabalhistas
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	29
Constituição (Reversão)	-
Saldos em 30 de Junho de 2021	29

16. OUTRAS OBRIGAÇÕES ESTATUTÁRIAS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a. Estatutárias

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Total do Curto Prazo	-	192
Dividendos mínimos obrigatórios	-	192
Total	-	192

b. Fiscais e Previdenciárias

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Total do Curto Prazo	4.250	2.369
IRPJ Refis (a)	106	93
IRPJ a pagar corrente	2.681	493
CSLL a pagar corrente	-	423
CSLL Refis (a)	141	124
Impostos s/ salários a recolher	408	164
PIS Refis (a)	9	9
PIS a pagar corrente	27	29
COFINS Refis (a)	52	46
COFINS a pagar corrente	169	177
Outros impostos a recolher	12	172
Impostos s/ Serviços a recolher	622	591
IRRF a recolher	23	48
Total do Longo Prazo	882	1.090
IRPJ Refis (a)	302	374
CSLL Refis (a)	401	496
PIS Refis (a)	29	34
COFINS Refis (a)	150	186
Total	5.132	3.459

(a) Referem-se a impostos relativos ao REFIS, detalhados na nota 18.

c. Obrigações Fiscais Diferidas

Obrigações Fiscais Diferidas	30/06/2021	31/12/2020
Total do Longo Prazo	23.848	16.673
Passivo fiscal diferido sobre Ajustes Temporários (a)	11.738	11.095
Passivo fiscal diferido sobre Superveniência (a)	12.110	5.578
Total	23.848	16.673

(a) A provisão para IRPJ Diferido foi calculada aplicando-se a alíquota de 25% ao saldo de Superveniência de Depreciação em cada período e a provisão de CSLL à alíquota de 15% em 30 de junho de 2021, bem como IRPJ e CSLL sobre o valor dos Ajustes Temporários da Marcação a Mercado, Variação Cambial e estimativa de valor residual (opção de venda) totalizando o valor de R\$ 23.848 (R\$ 16.673 em 2020), detalhado na nota 17a.

Projeção de Realização das Obrigações Fiscais Diferidas	2021	2022	2023	2024	2025	2026	TOTAL
IR/CSLL Diferidos sobre Diferenças Temporárias	7.043	1.761	587	2.347	-	-	11.738
Provisão para IR/CSLL sobre Superveniência	(1.441)	6.381	2.587	2.415	1.456	712	12.110
Total de Obrigações Fiscais Diferidas	5.602	8.142	3.174	4.762	1.456	712	23.848

17. IMPOSTO DE RENDA (IRPJ) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE LUCRO LÍQUIDO (CSLL)

Conciliação do Imposto de renda e Contribuição Social	30/06/2021	30/06/2020
Lucro antes do Imposto de renda e Contribuição Social	21.363	10.611
Alíquota Vigente	40%	40%
Expectativa de despesa (crédito) de Imposto IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota vigente	(8.545)	(4.245)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes	(721)	(567)
Outros	316	263
Despesa de IRPJ e CSLL	(8.950)	(4.549)

a) No período entre 30 de junho de 2021 e de 2020, os créditos tributários e obrigações fiscais diferidas apresentaram a seguinte movimentação:

Imposto de Renda e Contribuição Social – Ativo	30/06/2020	Constituição	Reversão /Realização	31/12/2020	Constituição	Reversão /Realização	30/06/2021
Crédito Tributário - Diferenças Temporárias	4.196	-	(1.308)	2.888	-	(312)	2.576
Crédito Tributário - Base Negativa da CSLL	-	-	-	-	1.684	-	1.684
Crédito Tributário - Prejuízo Fiscal	5.078	-	(1.518)	3.560	-	(961)	2.599
Total	9.274	-	(2.826)	6.448	1.684	(1.273)	6.859
Imposto de Renda e Contribuição Social – Passivo	30/06/2020	Constituição	Reversão /Realização	31/12/2020	Constituição	Reversão /Realização	30/06/2021
IR/CSLL Diferidos sobre diferenças temporárias	(10.545)	(550)	-	(11.095)	(643)	-	(11.738)
Provisão para IR/CSLL sobre superveniência	(5.495)	(83)	-	(5.578)	(6.532)	-	(12.110)
Total	(16.040)	(633)	-	(16.673)	(7.175)	-	(23.848)
Impostos diferidos líquidos	(6.766)	(633)	(2.826)	(10.225)	(5.491)	(1.273)	(16.989)

No período entre 1º de julho e 31 de dezembro de 2021 a alíquota da CSLL será majorada de 15 para 20%, conforme MP 1.034/21. Por se tratar de uma majoração temporária, a administração optou por manter a provisão dos créditos e obrigações diferidos de CSLL à alíquota de 15%, vigente em 30 de junho de 2021. Os efeitos da aplicação da nova alíquota sobre os créditos e obrigações fiscais diferidas foi considerado imaterial pela administração

b) Projeção de realização dos impostos diferidos

	2021	2022	2023	2024	TOTAL
<u>Créditos Tributários de Imposto de Renda</u>					
Prejuízo Fiscal	962	1.637	-	-	2.599
Diferenças Temporárias	941	422	176	71	1.610
Total do IR Diferido Ativo	1.903	2.059	176	71	4.209
<u>Créditos Tributários de Contribuição Social</u>					
Diferenças Temporárias	576	1.108	-	-	1.684
Total da CSLL Diferida Ativa	1.140	1.361	106	43	2.680
Total	3.043	3.420	282	114	6.859

Em 30 de junho de 2021, o valor presente do total de créditos tributários é de R\$ 6.170 e foi calculado com base na expectativa de realização das diferenças temporárias, descontadas pela taxa média de captação da Companhia, projetada para os períodos correspondentes.

Os ajustes na determinação do lucro real dos valores de superveniência de depreciação de bens sobre operações de arrendamento mercantil devem ter tratamento diferenciado de forma a não produzirem efeitos no momento das verificações para constituição e manutenção do registro contábil do crédito tributário.

A probabilidade de realização do crédito tributário, portanto, deve desconsiderar o prejuízo gerado pela superveniência de depreciação, conforme parágrafo 5º do artigo 1º da Resolução CMN nº 3.059/02 (com redação dada pela Resolução CMN nº 3.355/06). Ao dispensar a verificação do prazo de realização do crédito tributário originado de prejuízos fiscais ocasionados pela receita de superveniência, entende-se que tal ajuste possui condição especial somente aplicável à operação de arrendamento mercantil. Sendo assim, a projeção de realização dos créditos tributários acima exclui os resultados oriundos de Superveniência de Depreciação, contemplando somente outras receitas e despesas.

18. ADESÃO AO PROGRAMA DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS FISCAIS FEDERAL

Em 2009, a CSILATINA Arrendamento Mercantil S.A., aderiu ao Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais, instituído pela Lei nº 11.941/09. O programa Federal incluiu débitos administrados pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional vencidos até 30 de novembro de 2008. As principais teses inseridas no programa foram PIS/COFINS sobre recebimento de Juros ao Capital Próprio e CPMF em operações de clientes. A opção pelo parcelamento dos débitos fiscais e previdenciários foi efetivada em novembro de 2009, com o valor total de R\$ 2.857, dividido em 180 parcelas de R\$ 15, atualizadas mensalmente pela taxa de juros Selic. O presente acordo encontra-se em dia e até o término do 1º semestre de 2021 foram pagas 134 parcelas, restando um saldo remanescente de R\$ 1.190 (R\$ 1.362 em 31 de dezembro de 2020), conforme quadro abaixo:

	30/06/2021	31/12/2020
IRPJ	408	467
CSLL	542	620
PIS	38	43
COFINS	202	232
Total REFIS	1.190	1.362

<u>Tributo</u>	<u>Principal</u>	<u>Juros</u>	<u>Amortização</u>	<u>Saldo Devedor</u>
IRPJ	801	620	(1.013)	408
CSLL	1.067	819	(1.344)	542
PIS	73	58	(93)	38
COFINS	394	310	(502)	202
Total	2.335	1.807	(2.952)	1.190

19. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Refere-se a parcelas de arrendamento mercantil recebidas antecipadamente no valor R\$ 786 (R\$ 947 em 31 de dezembro de 2020) e a cessão de parcelas de arrendamento realizada com instituições financeiras sem retenção de riscos e benefícios, o resultado apropriado pela fluência do prazo de vencimento em 2021 foi de R\$ 7.048 (R\$ 4.064 em 2020) e a movimentação está apresentada conforme quadro abaixo:

	31/12/2020	Novas Cessões/ Recebimentos	Apropriação ao Resultado	30/06/2021
Cessão de Parcelas de Arrendamento Mercantil	28.060	956	(7.048)	21.968
Recebimentos Antecipados de Contraprestações	947	785	(947)	785
Total	29.007	1.741	(7.995)	22.753

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social é representado por 14.648.278 ações ordinárias escriturais sem valor nominal, apresentando a seguinte composição:

Acionista	Sede	30/06/2021			31/12/2020		
		Participação %	Qtde de Ações	Valor da participação	Participação %	Qtde de Ações	Valor da participação
CSI Financial Inc.	EUA	100,00%	14.648.277	31.539	100,00%	14.648.277	27.014
Executive Personal Computer Inc.	EUA	0,00%	1	0,002	0,00%	1	0,002
Total		100%	14.648.278	31.539	100%	14.648.278	27.014

Em 02 de junho de 2021, o BACEN aprovou o aumento de capital deliberado pelos acionistas em assembleia realizada em 30 de abril de 2021, mediante capitalização de reserva para o fortalecimento de patrimônio líquido, no valor de R\$ 4.525, passando o capital para R\$ 31.539.

b) Reservas de Lucros

i. Reserva Legal

A reserva legal é calculada sobre o lucro líquido ao final do exercício no percentual de 5% conforme estatuto social, limitado à 20% do Capital Social.

ii. Reservas Estatutárias

Em 30 de junho de 2021 a Companhia possuía o montante de R\$ 39.408 (R\$ 43.181 em 31 de dezembro de 2020) em reserva para fortalecimento do patrimônio.

c) Dividendos

Aos acionistas são assegurados 1% de dividendos mínimos obrigatórios ao final de cada exercício social, calculado sobre o lucro líquido ajustado, de acordo com a legislação societária.

Em assembleia realizada em 30 de abril de 2021, as acionistas decidiram pela distribuição dos dividendos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, no valor de R\$ 11.200.

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações da Companhia com partes relacionadas são saldo de valores a pagar a sua Matriz, empréstimos contratados de coligada nos Estados Unidos da América e valores a receber de reembolso de despesas de coligada no Brasil, os saldos estão a seguir enumerados:

Tipo	Moeda	30/06/2021		31/12/2020	
		Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Valores a Pagar - CSI Latina Financial Inc.	US\$	107	-	6	-
Valores a Receber – CSI Remarketing	R\$	519	-	446	-
Empréstimo TCC (a)	US\$	18.178	17.523	21.276	22.746

- (a) Empréstimos denominados em moeda estrangeira captado junto à Tokyo Century Corporation, acionista da controladora da Companhia. Tais operações geraram despesas no montante de R\$ 1.027 em 30 de Junho de 2021 (R\$ 1.033 em 2020).

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2021 a remuneração dos administradores totalizou R\$ 2.859 (R\$ 2.159 em 2020), esses valores estão registrados na rubrica de Pró-Labore. Há ainda saldo de provisão de remuneração variável dos administradores de exercícios anteriores no valor de R\$ 2.276 (R\$ 2.716 em 2020), (nota 14) a ser pago integralmente até fevereiro de 2024.

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

22. LIMITES OPERACIONAIS (ACORDO DE BASILEIA)

O BACEN emitiu a partir de 1º de março de 2013, cuja vigência se deu a partir de 1º de outubro de 2013, um conjunto de normativos que regulamentam as recomendações do Comitê de Basileia relativas à estrutura de capital das instituições financeiras. Conhecidas como Basileia III, as novas regras buscam aprimorar a capacidade destas instituições em absorver os impactos de eventuais crises, fortalecendo a estabilidade financeira e aumentando a quantidade e a qualidade do capital regulamentar.

Estes normativos tratam dos seguintes assuntos:

- Nova metodologia de apuração do capital regulamentar (Patrimônio de Referência - PR), que continuará a ser dividido nos níveis I e II (Resolução CMN nº 4.193/13).
- Nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal (Resolução CMN nº 4.192/13).

As regras de Basileia III buscam melhorar a qualidade do capital das instituições financeiras, restringindo a utilização de instrumentos financeiros que não apresentam capacidade de absorver perdas e pela dedução de ativos que podem comprometer o valor do capital devido à sua baixa liquidez, dependência de lucro futuro para realização ou dificuldade de mensuração do seu valor. Dentre estes instrumentos, destacam-se os créditos tributários, os ativos intangíveis e os investimentos em empresas não controladas, especialmente aquelas que atuam no ramo segurador.

As novas regras para a apuração dos requisitos mínimos de capital estabelecem porcentagens do montante dos ativos ponderados pelo risco e constituem requerimentos de capital a serem observados pelas instituições financeiras, conforme apresentado a seguir:

Capital principal (mínimo + adicional) (a)	7,0 a 9,5%
Nível I (mínimo + adicional) (b)	8,5 a 11,0%
PR (mínimo + adicional) (c)	10,5 a 13,0%

(a) Capital Principal - composto por ações, quotas, reservas e lucros retidos;

(b) Nível I - composto pelo Capital Principal e outros instrumentos capazes de absorver perdas com a instituição em funcionamento; e

(c) PR (patrimônio de referência) - composto pelo Nível I e por outros instrumentos subordinados capazes de absorver perdas quando do encerramento da instituição.

Também foi criado o Adicional de Capital Principal, que representa o capital suplementar de conservação (fixo) e contracíclico (variável) que, ao final do período de transição, deverá ser de no mínimo 2,5% e no máximo 5% do montante dos ativos ponderados pelo risco, sendo que este percentual será estabelecido pelo BACEN conforme as condições macroeconômicas da época.

As novas regras de Basileia III passaram a vigorar a partir de 1º de outubro de 2013 e seguem cronograma elaborado internacionalmente até sua efetiva implantação em 1º de janeiro de 2022.

Devido ao cenário causado pela Pandemia COVID19, em 16 de março de 2021, através da Resolução CMN nº 4.783, o BACEN tornou público que o Conselho Monetário Nacional alterou o percentual a ser aplicado ao montante RWA, para fins de apuração do valor da parcela ACP_{Conservação}, na forma do § 4º do art. 8º da Resolução nº 4.193, de 1º de março de 2013, esse percentual será equivalente a:

I - 1,25%, no período de 1º de abril de 2021 a 31 de março de 2021;

II - 1,625%, no período de 1º de abril de 2021 a 30 de setembro de 2021;

III - 2,00%, no período de 1º de outubro de 2021 a 31 de março de 2022; e

IV - 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento), a partir de 1º de abril de 2022.

No quadro a seguir, estão demonstradas a apuração das exigibilidades de patrimônio de referência e o índice de Basileia:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Patrimônio de referência para comparação com os ativos ponderados pelo risco (RWAs)	75.222	73.837
Patrimônio de referência Nível I	75.222	73.837
Patrimônio líquido	75.490	74.085
Ajustes prudenciais (Resolução 4.192/13)	(268)	(248)
Patrimônio de referência Nível II	-	-
Ativos ponderados pelo Risco		
RWA _{CPAD}	9.914	10.093
RWA _{CAM}	978	272
RWA _{JUR1} + RWA _{JUR2}	7.550	5.935
RWA _{OPAD}	6.727	6.248
Patrimônio de referência mínimo exigido (RWA x 8,0%)	25.169	22.548
Adicional de Conservação de Capital Principal (1,625% sobre o RWA) (a)	5.112	3.523
Patrimônio de referência mínimo exigido total	30.281	26.071
Índice de Basileia	23,91%	26,20%
Saldo Utilizados para cálculo do RWA	314.606	281.851
Exposição ao risco de crédito – RWA _{CPAD}	123.920	126.156
Ativos de câmbio – RWA _{CAM}	12.228	3.406
Ativos indexados a juros pré – RWA _{JUR1}	85.358	66.930
Ativos indexados a cupom cambial – RWA _{JUR2}	9.015	7.263
Exposição ao risco operacional - RWA _{OPAD}	84.085	78.096

(a) Em 30 de Junho de 2021 o percentual para cálculo do Adicional de Conservação de Capital Principal era de 1,25%, voltando escalonadamente ao patamar de 2,5% até Abril/2022

Em 30 de junho de 2021, o Patrimônio de Referência da Companhia excedeu em R\$ 44.941 (R\$ 47.766 em 31 de dezembro de 2020) o Patrimônio de Referência Mínimo Exigido pelo BACEN.

23. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

<u>Despesas Administrativas</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Despesas de Comunicação	(55)	(48)
Despesas de aluguéis	(121)	(121)
Despesas de processamento de dados	(442)	(457)
Despesas de promoções e relações públicas	(16)	(194)
Despesas de publicações	(32)	-
Despesas de serviços de terceiros	(382)	(339)
Despesas de serviço técnico especializado	(344)	(291)
Despesas de transporte	(58)	(66)
Despesas de viagem ao exterior	-	(14)
Despesas de viagem ao País	(8)	(23)
Despesas com Amortização do Intangível	(41)	(46)
Depreciação de bens de uso próprio	(122)	(100)
Despesas de Armazenamento	(29)	(82)
Encargos de Pagamento em Atraso	(362)	(370)
Despesas Bancárias	(92)	(42)
Outras despesas Administrativas	(197)	(217)
Total	<u>(2.301)</u>	<u>(2.410)</u>

24. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Valor proporcional de contraprestação (a)	3.698	4.473
Descontos Obtidos	1.798	9
Encargos	328	593
Outras	53	30
Total	<u>5.877</u>	<u>5.105</u>

(a) Saldo refere-se ao valor recebido de bens que já estão em uso pelos clientes, relativos aos contratos de arrendamento mercantil em processo de formalização. O recebimento destas parcelas é assegurado pelo Termo de Recebimento e Aceitação, assinado entre as partes.

25. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Descontos Concedidos	(413)	(112)
Provisão para riscos (nota 15)	-	127
Comissões	(475)	-
Outras	(15)	(3)
Total	<u>(903)</u>	<u>12</u>

26. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Receitas de Danos e Reparos	256	162
Lucro decorrente da venda de bens a terceiros (a)	4.905	4.105
Prejuízo decorrente da venda de bens a terceiros (a)	(1.072)	(517)
Desvalorização de Outros Valores e Bens (b)	(121)	-
Outras Receitas não Operacionais	1	1
Outras Despesas não Operacionais	(3)	(180)
Total	<u>3.966</u>	<u>3.571</u>

- (a) Refere-se ao resultado na venda de bens não de uso próprio (BNDU) quando estes retornam da operação de arrendamento mercantil e são alienados a terceiros.
- (b) Valor referente a constituição de provisão para redução ao valor recuperável de ativos “*Impairment*”. (nota 10 – Outros Valores e Bens).

27. RESULTADOS RECORRENTES E NÃO RECORRENTES

Conforme Resolução BCB Nº 2 de 2021, a Companhia não apresentou resultado que não está relacionado com sua atividade e não previsto para ocorrer nos exercícios futuros.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em agosto de 2021, a Prefeitura de Barueri procedeu a cobrança à Cia. da diferença do ISSQN relativa às parcelas do valor do bem, no caso do leasing, e dos tributos federais, não incluída na base de cálculo retroativa ao período de 2016 e 2017. Tal ação foi baseada na Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF 189), que declarou a inconstitucionalidade da legislação de Barueri sobre a redução da base de cálculo do ISS e teve a decisão plenária do STF em 31/08/2020. Tão logo nossos assessores jurídicos façam a avaliação da possibilidade de defesa e probabilidade de perdas a Cia procederá a divulgação e, se necessário, o registro de eventuais contingências.